Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

| | | |
|---|---|---|
| **DECISÃO SINGULAR** | : | **DSG-G.JRPC-2609/2014** |
| **PROCESSO TC/MS** | : | TC/15324/2013 |
| **PROTOCOLO** | : | 1444246 |
| **ÓRGÃO** | : | PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGÉLICA |
| **ORDENADOR (A) DE DESPESAS** | : | LUIZ ANTONIO MILHORANÇA |
| **CARGO DO ORDENADOR (A)** | : | PREFEITO |
| **ASSUNTO DO PROCESSO** | : | CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 144/2013 |
| **RELATOR** | : | CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL |
| **CONTRATADO (A)** | : | CAIADO PNEUS LTDA |
| **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO** | : | PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2013 |
| **OBJETO DA CONTRATAÇÃO** | : | AQUISIÇÃO DE PNEUS |
| **VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO** | : | 37.486,00 |

## RELATÓRIO

Tratam as peças dos autos sobre o Contrato nº 144/2013, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Angélica e a empresa Caiado Pneus Ltda., havendo sido a matéria apreciada pela equipe técnica da 1ª Inspetoria de Controle Externo que, por meio da Análise Conclusiva nº 17116/2013 (peça nº 23), constatou a regularidade das fases relativas ao procedimento licitatório e à formalização do instrumento contratual.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas, em manifestação sobre a matéria, emitiu o Parecer GAB.2 DR.JOAOMJ-5309/2014 (peça nº 24) e opinou:

> "***I –*** *Pela* ***LEGALIDADE*** *e* ***REGULARIDADE do procedimento licitatório****, com lastro nas disposições insculpidas no artigo 120, inciso I da Resolução Normativa TC/MS nº 076 de 11 de dezembro de 2013.*
>
> ***II –*** *Pela* ***LEGALIDADE*** *e* ***REGULARIDADE da formalização do Contrato Administrativo nº 144/2013****, com lastro nas disposições insculpidas no artigo 120, inciso II da Resolução Normativa TC/MS nº 076 de 11 de dezembro de 2013.*".

É o Relatório.

## DECISÃO

Dos autos verifico que os procedimentos de licitação e de formalização do contrato firmado se desenvolveram sem o registro de falhas merecedoras de destaque, havendo ocorrido somente o envio intempestivo da cópia do Contrato nº 144/2013 a este Tribunal.

Desse modo, é apropriado dizer que o Prefeito Municipal não cumpriu o prazo previsto para a remessa de documento ao Tribunal, devendo ser, portanto,

apenado com a multa cabível, nos termos do art. 46 da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012. Todavia, a falta aqui mencionada não inviabiliza a declaração de regularidade dos procedimentos analisados.

Em relação à intempestividade da publicação do extrato do contrato na imprensa oficial, entendo que ela deve ser objeto de recomendação específica ao Prefeito Municipal de Angélica quanto à necessidade do cumprimento do prazo legal.

Diante do exposto, acolho os posicionamentos firmados pela Inspetoria competente e pelo representante do Ministério Público de Contas e **DECIDO** nos termos de:

**I. DECLARAR REGULARES** com **RESSALVA** os procedimentos de **LICITAÇÃO** e de **FORMALIZAÇÃO** do Contrato n° 144/2013, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Angélica e a empresa Caiado Pneus Ltda., com fundamento na regra do art. 59, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012;

**II. RECOMENDAR** ao Prefeito do Município que dedique maior rigor aos procedimentos relativos às contratações públicas, mais precisamente em relação à publicação dos atos administrativos;

**III.** Aplicar **MULTA** equivalente ao valor de 30 (trinta) UFERMS ao Prefeito Municipal de Angélica, Sr. **Luiz Antonio Milhorança - CPF nº 280.216.731-68**, *pela intempestividade relativa à remessa de documentos a este Tribunal de Contas*, consoante o disposto nos arts. 21, X, 42, IX, 44, I, 45, I, e 46, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2012, com o recolhimento da quantia ao Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), conforme a disposição do art. 83 da Lei Complementar em referência.

Depois de tomadas as providências previstas no art. 70, § 2º, do Regimento Interno, os autos devem ser encaminhados à 1ª Inspetoria de Controle Externo, para o acompanhamento da etapa de execução financeira do contrato.

**É COMO DECIDO.**

Tribunal de Contas, 11 de junho de 2014.

***JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL***
*Conselheiro-Relator*

IHS